

# O Socialismo Científico: Karl Marx

MESSIAS PEREIRA DONATO

## ROTEIRO PARA O ESTUDO DO MARXISMO

Na rápida introdução a seguir enunciaremos os tópicos a serem desenvolvidos no presente estudo.

1. O marxismo nega o caráter científico da doutrina clássica e das idéias defendidas pelos socialistas denominados por MARX de “utópicos”. Herdeiras do pensamento cartesiano — a doutrina clássica sobretudo — mascaram a realidade, em nome de “idéias eternas”, da Razão abstrata, com desprezo dos fatos históricos.

Pondo em cheque essa orientação, que conduz ao estudo estático dos fenômenos econômicos, MARX propõe-se “a desvendar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”, à base de uma visão sociológica, onde o *materialismo histórico*, a que se acha vinculada a *luta de classes*, constitui o fundamento de suas exposições e de suas análises.<sup>1</sup>

2. Dedicando-se ao exame das transformações experimentadas pelo capitalismo, Marx vai mostrar como os males delas resultantes têm suas raízes nas contradições internas da vida econômica do próprio regime. Essa conclusão tira-a êle do desenvolvimento das teses de *exploração* do trabalhador e de *evolução* do capitalismo.

3. Dessas contradições e graças à ação revolucionária do proletariado, que tem consciência plena de sua situação negativa dentro da sociedade capitalista, conclui pela catástrofe

---

(1) KARL MARX, *Le Capital*, Préface, LXXIX, Molitor, 1927.

inevitável do capitalismo, a ser *necessariamente* substituído por outra organização social capaz de proporcionar ao homem o verdadeiro sentido de sua existência. A Revolução proletária e sua evolução para o comunismo coroam a doutrina marxista.

## CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA DO MARXISMO

### *O materialismo histórico*

Marx opõe-se às concepções históricas que relegam a plano secundário as atividades da vida econômica. Tais concepções “interessam-se sobretudo pelas ações políticas e pelas evoluções do *pensamento* teórico, filosófico ou religioso”.<sup>2</sup> Inspirando-se em valores e idéias próprias de grupos ou de classe dominantes, seus representantes os universalizam, como se fôssem idéias e valores de toda a sociedade. Os clássicos, por exemplo, em suas especulações abstratas, formularam leis que, aplicadas a uma economia em repouso, deveriam ter validade permanente. As situações que escapassem ao âmbito de suas normas não constituíam mais do que exceções. Os socialistas “utópicos”, embora tivessem realçado as conseqüências desumanas do regime capitalista, pensavam poder corrigi-las por meio de projetos cerebrinos, quando na realidade se colocavam, em última análise, a serviço de uma classe. Uns e outros concebiam a história num plano puramente idealista.

Ora, as Idéias não representam a força propulsora da história. O “movimento e o trabalho” são “atividades concretas” que não podem ser concebidos como “desenvolvimentos da Idéia”, como queria HEGEL. Embebido da dialética hegeliana, MARX vai assumir uma atitude oposta à concepção idealista da História, defendida pelo seu Mestre. “A concepção histórica de HEGEL supõe um Espírito abstrato ou absoluto, que se desenvolve no curso dos tempos de tal modo que a humanidade

---

(2) JEAN-IVES CALVEZ, *La pensée de Marx*, Paris, Ed. du Seuil, 1956, p. 417.

no seu *devenir* não é senão u'a massa que êle impregna mais ou menos de consciência".<sup>3</sup>

Ora, não são as "idéias que dirigem o mundo. Tôda a vez que se divorciou do interêsse, a idéia sempre se achou comprometida: 1789 foi uma revolução frustrada para o proletariado, cujo interêsse real e cujo princípio revolucionário ela não soube traduzir, porque exprimiu apenas uma Idéia, simples objeto de um entusiasmo momentâneo e de uma excitação superficial".<sup>4</sup>

Não é possível, pois, dissociar-se o pensamento da ação. O primeiro ato na história consiste na produção pelo homem de seus meios de subsistência. Produzir requer não sòmente a ação do homem sôbre a natureza como também sôbre seus semelhantes. Ê um ato natural, gerador de formas de relações sociais. O grau de desenvolvimento das relações sociais está condicionado, em consequência, às fases de evolução das fôrças produtivas. Di-lo KARL MARX: "As relações sociais são intimamente vinculadas às fôrças produtivas. Ao adquirir novas fôrças produtivas, os homens transformam seu modo de produção e, ao transformarem seu modo de produção, a maneira de ganhar sua vida, transformam tôdas as relações sociais. O moinho de braços dar-vos-á a sociedade com o suzerano (feudal); o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial (burguesa)".<sup>5</sup> Em outras palavras, a produção e a troca dos produtos formam a estrutura econômica da sociedade. "O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual, em geral. Não

---

(3) HENRI BARTOLI, *La doctrine économique et sociale de Karl Marx*, Paris, Ed. du Seuil, 1950, p. 24. Cf. igualmente, K. MARX, *Misère de la Philosophie*, Ed. Alfred Costes, p. 127.

(4) HENRI BARTOLI, *op. cit.*, p. 25.

(5) KARL MARX, *Misère de la philosophie*. Ed. Alfred Costes, p. 127. Afirma, por sua vez, ENGELS: "De acôrdo com o materialismo histórico, o elemento determinante, em última instância, na história é a produção e a reprodução da vida imediata". in *L'Origine de la famille, Préface*, Ed. 1884, Alfred Costes, p. VIII.

é a consciência do homem que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência".<sup>6</sup>

Não é possível, pois, isolar-se o estudo dos fenômenos econômicos das mutações históricas da sociedade. Do mesmo modo que a sociedade burguesa atual é o resultado de grandes transformações operadas no regime da produção e da troca, é incontestável que, por meio desse método dinâmico de interpretação, se possa determinar o sentido evolutivo do regime capitalista e delinear as perspectivas futuras a que esse processo histórico irá conduzir.

Senão, vejamos, *grosso modo*, alguns traços de como se tem processado, segundo MARX, a evolução histórica das sociedades.

Desde tempos imemoriais, as forças produtivas, ao estabelecerem as condições de produção e de troca, conduziram à distinção da sociedade em classes: as classes dominantes — detentoras dos meios de produção — e as classes oprimidas — possuidoras da força do trabalho. A classe dominante, constituída sempre por u'a minoria, sedimenta sua posição na superestrutura, isto é, nas instituições jurídicas, nos princípios morais e religiosos, criados por ela à sua imagem. Seu poder de dominação se exercita até que a evolução da técnica prepare o advento de novas condições, sob cuja pressão essa classe cede o pôsto a outra mais importante, que com ela sempre lutara para arrebatá-lhe o cetro do comando. Esta, por sua vez, à proporção que se multiplicam os antagonismos entre os grupos no seio do regime por ela instaurado, em consequência do progresso revolucionário das forças produtivas, verá sua hegemonia suplantada por outra sociedade cujo poder se consolida.

Na antiguidade, a oposição era entre senhores e servos; na Idade Média, passou a ser entre senhores e vassallos; da decomposição da sociedade feudal surgiu o reinado da burguesia, ou seja a oposição entre capitalistas e proletários.

---

(6) K. MARX, *Contribution à la Critique de l'économie politique*, Marcel Giard, 1928, p. 5.

Nenhuma outra sociedade jamais ostentara nesse longo processo histórico tão elevado e tão revolucionário espírito de iniciativa, de ousadia e de dominação.<sup>7</sup> ... "A classe burguesa criou energias produtivas muito mais grandiosas e colossais do que tôdas as gerações passadas juntas".<sup>8</sup> Ela se universalizou e sua hegemonia se tornou absoluta. E, por isso mesmo, a luta de classes assume nela proporções jamais vistas.

No entanto, apesar de sua unidade e de seu caráter universal, os antagonismos se acumulam na sociedade a que deu origem. Os gigantescos meios de produção e de comunicação por ela engendrados fazem irromper fôrças subterrâneas desenfreadas e de tal modo que o mundo burguês já se encontra na situação do aprendiz de feiticeiro — acha-se incapaz de dominar a sublevação das energias que desencadeara.

Examinemos, pois, êsses antagonismos que prenunciam o instante fatal da classe burguesa, o qual, conforme MARX, culminará com a ascensão ao poder da classe proletária.

## CONTRADIÇÕES DO REGIME CAPITALISTA

### *A tese da exploração do trabalhador*

As contradições do regime capitalista encontram sua expressão máxima na tese marxista da exploração do trabalhador. Para mostrá-lo, MARX retoma aos clássicos o exame da teoria de *valor-trabalho* e, à luz de nova interpretação que lhe dá, dela extrai conseqüências de ordem social, com base na teoria da *sobrevalia*.

### *A teoria do valor-trabalho*

Aprecia MARX a dicotomia valor de uso e valor de troca das mercadorias. O primeiro resulta das qualidades naturais das mercadorias: é invariável e consiste na aptidão dos bens

---

(7) MARX, F. ENGELS, *Manifeste du Parti Communiste*, Molitor, 1947, págs. 58-60.

(8) Id., p. 600.

a satisfazer a necessidades específicas do homem; a utilidade constitui condição essencial de sua existência. Já o valor de troca não existe na mercadoria tomada isoladamente. Pressupõe sempre uma relação, exprime “a proporção segundo a qual as mercadorias se trocam umas com as outras”.<sup>9</sup> O valor de troca é variável no tempo e no espaço. Como valor de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de qualidades diferentes; como valor de troca, elas são diferentes em quantidade.<sup>10</sup>

Para que se estabeleça a relação de trocas é de mister a existência de uma qualidade comum que exprima todos os valores de troca. É de ver-se, diz MARX, que não pode ser a utilidade, porquanto ela é diferente para cada objeto. Esse elemento comum entre as mercadorias reside no fato de que tôdas são *produtos do trabalho*. “As mercadorias, como valor de troca, não são mais do que trabalho humano cristalizado”.<sup>11</sup> A quantidade de trabalho que contém a mercadoria é que lhe determina o valor de troca. Não se trata, porém, de quantidade passível de ser fixada arbitrariamente e sim da quantidade de trabalho social médio incorporada ao objeto, medida por um tempo médio necessário à sua produção, de acôrdo com as condições sociais do momento, ou, como diz MARX, medida “pelo tempo de trabalho socialmente necessário”. O tempo de trabalho socialmente necessário corresponde ao trabalho executado “com grau médio de habilidade e de intensidade e nas condições normais de produção, num meio social determinado”.<sup>12</sup>

Após retomar a teoria de RICARDO relativa ao trabalho como medida do valor, MARX chega a uma conclusão radical, fazendo do trabalho a fonte única do valor. Baseado nessa conclusão vai assentar a teoria da sobrevalia, aquela que os marxistas consideram como a quintessência da análise de MARX ao regime capitalista.

---

(9) MARX, *Le Capital*, Liv. I, t. I, Cap. I.

(10) Id., *Ibidem*.

(11) Id., *ibidem*.

(12) Id., *ibidem*.

### A teoria da sobrevalia

Definido assim o valor de troca de uma mercadoria — ou seja a quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção — MARX mostra agora como no regime capitalista o objetivo constante é “a caça absoluta do valor de troca”. Seu ponto de partida é o exame da circulação das mercadorias. No regime pré-capitalista, a circulação consistia em *vender para comprar*, isto é, a operação tinha início com a mercadoria, fabricada pelos produtores com seus próprios meios de produção e cujo excedente, vendido no mercado, lhes proporcionava *dinheiro* para aquisição do que não produziam. A forma correspondente a êsse tipo de circulação era:

M — D — M (mercadoria-dinheiro-mercadoria).

Os dois polos são representados por mercadorias (M... M), dotadas do mesmo valor de troca. Essa equivalência sancionava a justiça na operação.

Outra é a situação no regime capitalista, onde a circulação se traduz por *comprar para vender*. Sua forma econômica exprime-se por

D — M — D (dinheiro-mercadoria-dinheiro),

onde o dinheiro é aplicado na aquisição de mercadoria, com o fim de revendê-la para transformá-la em dinheiro. É de ver-se, porém, que o capitalista não se satisfaz em entesourar êsse dinheiro, que se tornaria estéril. Seu interêsse é frutificá-lo, é ganhar mais e renovar o ganho. A forma exata da operação capitalista deve ser:

D — M — D', onde D' é igual a D + D, ou seja, igual à quantidade posta originariamente em circulação mais um excedente.<sup>13</sup>

Como se opera a transformação de D em D' ou, em outras palavras, como o capital produz excedente, representado por D'? Resultaria dos meios materiais de produção, isto é,

(13) MARX, *Le Capital*, Liv. I, t. I. Cap. IV, I.

das matérias primas, do maquinário, dos equipamentos, em suma, denominados por MARX de *capital constante*? Não, porque o trabalho incorporado ao capital constante é um “trabalho morto”.

Com efeito, as matérias primas, os equipamentos empregados na fabricação de uma mercadoria somente lhe transmitem valor na proporção em que eles perdem seu próprio valor. E tanto assim é que o empreendedor inclui no custo de produção daquela mercadoria uma parcela destinada às despesas com a matéria prima utilizada e à amortização do seu maquinário. Não há, pois, criação de valor. Há criação de valor de uso, isto é, de riqueza.<sup>14</sup>

A resposta à indagação deve ser procurada alhures. E para ser encontrada é preciso que se descubra no mercado uma mercadoria que seja fonte de valor de troca e de tal modo que “sua utilização real equivaleria a executar trabalho objetivo e, conseqüentemente, a criar valor”.<sup>15</sup>

E semelhante mercadoria, dotada dessa qualidade específica, encontra-a o capitalista e se denomina *fôrça de trabalho*.<sup>16</sup>

Duas condições, no mínimo, são exigidas para que a fôrça de trabalho se caracterize como mercadoria:

a. Que seu proprietário se apresente no mercado disposto a vendê-la, por certo tempo, porque se a alienasse por período indefinido não agiria como vendedor e sim como escravo,

b. Que sua situação só lhe permita trazer ao mercado apenas a fôrça de trabalho, pelo fato de não dispor de condições que o capacitem à “realização de sua fôrça de trabalho”.<sup>17</sup>

Satisfeitos êsses dois requisitos, vejamos como vai ser adquirida, como seu comprador vai utilizá-la e quais as vantagens que dela vai auferir.

---

(14) JEAN BENARD, *La conception marxiste du capital*, Paris, Sedes, 1952, p. 57.

(15) MARX, *Le Capital*, Liv., I, t., I, Cap. IV, III.

(16) Id., *ibidem*.

(17) MARX, *Le Capital*, Liv. I, t. I, Cap. IV, III.



O valor da fôrça do trabalho é representado, “a exemplo do que se dá em relação a qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção”. Ela é, porém, uma faculdade do indivíduo. Como o indivíduo para viver e conservar a espécie necessita de meios de subsistência e de condições que lhe permitam desenvolver a fôrça de trabalho, resulta que o tempo de trabalho necessário à produção da fôrça de trabalho corresponde “ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência” e das condições necessárias ao desenvolvimento da fôrça de trabalho (despesas de educação, formação).<sup>18</sup>

A compra da fôrça de trabalho faz-se, pois, pelo preço que dê para cobrir as despesas que faz o trabalhador para prover-se do que lhe é necessário. Como o capitalista vai utilizá-la?

Suponha-se que o capitalista utilize a fôrça desse trabalhador durante dez horas por dia. É fora de dúvida que a quantidade de trabalho necessária à produção de subsistência durante esse período, diz MARX, exigirá muito menos de dez horas, digamos cinco. Quer dizer que, durante as cinco horas restantes, trabalha sem ser remunerado, trabalha de graça. A esse trabalho gratuito que vai beneficiar o capitalista MARX denomina de sôbre-trabalho. O valor criado pelo trabalhador durante esse período de tempo é, por conseguinte, *superior* ao valor que lhe é dado em contraprestação, sob a forma de salário e essa diferença constitui a *sobrevalia*. Em outras palavras, a diferença entre o valor do salário e o valor da produção é apropriada pelo capitalista.

Essa espoliação do proletariado resulta da lógica fatal da repartição no regime capitalista e não de atitude intencional do capitalista. Este paga pela fôrça de trabalho o preço que corresponde exatamente a seu valor. Não pratica na operação nenhum ato lesivo ao direito do trabalhador. O que não impede, porém, ao capitalista de abrir-se num “sorriso de contentamento”.<sup>19</sup>

---

(18) Id., *ibidem*.

(19) MARX, *Le Capital*, Liv. I, t. I, Cap. IV, III.

Observa, todavia, MARX que, com o desenvolvimento do maquinismo e com seu emprêgo cada vez mais acentuado na indústria, a taxa da sobrevalia tende a diminuir, de vez que o capital constante, como vimos, não produz sobrevalia. Esta é fornecida pelo capital variável, ou seja, por aquêle que se destina ao pagamento dos trabalhadores e denominado pelos clássicos de fundo de salários.

Para combater essa tendência, o capitalista atuará em vários sentidos:

1. Esforçar-se-á por prolongar o mais possível a jornada de trabalho, pois, quanto maior fôr o número de horas que ocupar o trabalhador, tanto mais importante será a sobrevalia. Daí a relevância que atribui MARX a movimentos que patrocinam a limitação do trabalho quotidiano.

2. Esforçar-se-á para reduzir o tempo dedicado à produção dos meios de subsistência do trabalhador, operação inversa da precedente, cujo resultado, porém, atinge o mesmo objetivo: o aumento da sobrevalia. O exemplo típico é o do emprêgo generalizado da mão-de-obra feminina e da infantil.

3. Esforçar-se-á por modificar o ritmo de trabalho e, pela sua intensificação, comprimir o custo de produção dos meios de subsistência.<sup>20</sup>

### *A tese da evolução*

As contradições do regime capitalista, que vão provocar-lhe a desagregação, são reveladas, na seqüência do pensamento de MARX, através das "leis" de evolução histórica do sistema, a seguir examinadas.

#### *a. Lei da baixa tendencial da taxa de lucro*

A par da tendência da taxa da sobrevalia a decrescer e contra a qual o capitalista utiliza os expedientes há pouco

---

(20) MARX, *Le Capital*, Liv. I, t. III, Cap. XIII, III.

enumerados, sofre êle outra pressão — conseqüente da acumulação do capital — e que consiste na baixa tendencial da taxa de lucro.

Com efeito, ao intensificar a produção, com o intuito de auferir o maior lucro possível, o capitalista efetua investimentos cada vez mais importantes em capital constante, isto é, em construções, equipamentos, matérias primas, investimentos êsses cujo total aumenta sempre em relação à parte consagrada ao capital variável.

Denominemos por

c ao capital constante,

v ao capital variável,

C ao conjunto do capital ( $c + v$ ),

p à sobrevalia

p

— à taxa da sobrevalia.

v

A taxa de lucro está condicionada à relação existente entre a sobrevalia e o conjunto do capital empregado. Reduzindo-se êsses dados a fórmula, vê-se que a taxa de lucro é

igual a  $\frac{p}{C}$ , de vez que C é igual a  $c + v$ . Ora, é sabido que

sòmente o capital variável faz criar sobrevalia. Se êsse ca-

pital fica estável e a taxa da sobrevalia  $\frac{p}{v}$  permanece cons-

tante, resulta que o aumento do capital constante (c) fará diminuir a taxa de lucro.

A baixa tendencial da taxa de lucro acompanha, pois, o desenvolvimento progressivo da produtividade,<sup>21</sup> pelo fato de esta exigir investimentos sempre crescentes em capital constante. È de ver-se que a baixa tendencial, para MARX, tem validade apenas a longo prazo e em certas condições. Com

(21) MARX, *Le Capital*, L. II, t. X, Cap. XIII.

isso, MARX não pretende afirmar que o total absoluto de lucro diminua sempre.<sup>22</sup> Não. Esse total pode aumentar. Aumenta igualmente a parte consagrada ao capital variável; apenas que esse aumento é menos proporcional do que o do capital constante. A lei é válida “sòmente no caso de cada capitalista tomado isoladamente: se êste opera uma inovação técnica, é possível dizer-se que êle inicialmente economiza e realiza lucro extraordinário. Em razão do jôgo da concorrência, porém, desde que a inovação se difunda por tôda a economia, seu lucro extraordinário ou sua renda serão absorvidos e reencontraremos para o conjunto dos capitalistas o jôgo da lei da baixa da taxa de lucro”.<sup>23</sup>

Já se agita aqui o gérmen que, segundo MARX, provocará as crises periódicas do regime. Empenhado em evitar a baixa da taxa do lucro, o capitalista se esforçará por aumentar sua capacidade de produção, sem atentar para o “poder de consumo da sociedade”. Em outras palavras, a “procura global dos meios de produção cresce mais ràpidamente do que a procura dos meios de subsistência”.<sup>24</sup>

#### b. *Lei da proletarização crescente*

A lei da proletarização crescente envolve o exame da evolução da técnica e o exame da acumulação, da concentração progressiva e centralização dos capitais.

— O estudo da evolução da técnica traz à luz, com o desenvolvimento do maquinismo, a alienação da pessoa do trabalhador, a exploração do trabalho feminino e do trabalho infantil, fazendo levar para a usina seres que se consomem num ritmo de mortalidade criminoso; a extensão das jornadas de trabalho que, se às vêzes, vêm a ser limitadas por dispositivos legais, acabam por assumir outro aspeto não menos impiedoso: o da intensificação do trabalho que, assimilando o trabalhador à máquina, o leva ao esgotamento.

---

(22) Id., *ibidem*.

(23) JEAN-IVES CALVEZ, *op. cit.*, p. 454.

(24) JEAN BÉNARD, *op. cit.*, pp. 310-311.

— A acumulação capitalista, como veremos, tem como corolário, para MARX, a proletarização. Assim, numa primeira fase de acumulação, o capitalista sente necessidade não somente de aumentar o capital constante, como também a mão-de-obra. Como à procura intensa da mão-de-obra pode não corresponder uma oferta equivalente, resulta que êsse desequilíbrio provocará a elevação dos salários.

À medida, porém, que a acumulação se acentua, uma exigência vital se impõe ao desejo de ganho do capitalista: a do aumento da produtividade do trabalho. Essa exigência, em virtude do recurso necessário à mecanização, vai modifi-

car a *composição orgânica do capital*, isto é, a relação —

c

v

Com efeito, nessa segunda fase, as despesas com salários, ou seja, a parte consagrada ao capital variável, diminuem em relação às despesas com os meios de produção, a saber a parte consagrada ao capital constante; além disso, em consequência das melhorias de ordem técnica, o rendimento do trabalho aumentará, provocando dêste modo dispensa de mão-de-obra ou a sua utilização por tempo mais reduzido. As vítimas dêsse desemprego total ou parcial vão alimentar o que MARX denomina de *exército industrial de reserva*, e permitem a restauração do equilíbrio entre a oferta e a procura. A presença no mercado de trabalho dessa massa maleável — o exército industrial de reserva — sempre à procura de trabalho, constitui forte elemento para a deterioração dos salários e, conseqüentemente, constante desafio e ameaça aos trabalhadores.

Em tôdas essas circunstâncias, é bom lembrar, a concorrência está sempre presente. A concorrência implacável domina a regra do jogo capitalista e faz que as cartadas de uns eliminem a outros. E o faz de tal modo que os vencedores se apropriam sempre dos meios de produção, embora, com o tempo, se reduzam em número. Em outras palavras, essa apropriação por grupos cada vez menores traduz os fenô-

menos da concentração e da centralização dos capitais, que geram no polo oposto, na opinião de MARX, o fenômeno da proletarização crescente.

De fato, as emprêsas que podem produzir em condições mais favoráveis vão pondo fora de combate os produtores que não resistem à concorrência no mercado. Nessas circunstâncias, à proporção que os meios de produção vão-se concentrando nas mãos dos capitalistas, os antigos artesãos, os trabalhadores independentes, os agricultores, passam a engrossar a corrente dos proletários.<sup>25</sup>

Por outro lado, à medida que essa concentração se intensifica, opera-se a fusão de emprêsas umas com as outras, provocando a centralização dos capitais. Em consequência, pequenos capitalistas, surgidos, por conseguinte, do seio da própria classe burguesa, são igualmente eliminados na luta darwiniana das relações de produção e se tornam, êles também, recrutas que irão formar fileira com a milícia de proletariado.<sup>26</sup>

O regime capitalista forma destarte em sua própria sociedade uma classe que lhe constitui a maioria e que é explorada em tudo. E mais ainda: uma classe que é excluída de tudo. Essa exclusão assume côres mais vivas com as crises periódicas que atingem o capitalismo.

### c. *A crise, lei do desenvolvimento do capitalismo*

Vimos que, ao reagirem contra a baixa tendencial da taxa de lucro, os capitalistas se empenham em aumentar sua capacidade de produção, a fim de obterem u'a massa de lucro sempre maior. À medida que a taxa de lucro decresce, mais aumenta o capital e maior é a sua concentração. A supera-

---

(25) *Manifeste Communiste*, p. 69.

(26) ... Essas relações (de produção) sômente produzem a riqueza burguesa, isto é, a riqueza da classe burguesa, pela destruição contínua da riqueza dos membros integrantes dessa classe e pela formação de um proletariado sempre crescente". MARX, in *Misère de la Philosophie*, p. 146. Cf. igualmente *Manifeste Communiste*, p. 69.

bundância de capital provoca uma superprodução de mercadorias. Há-de vir um momento em que a superabundância de capital não produza mais lucro, isto é, a “baixa da taxa de lucro não é compensada pela massa de capital”. E isto se dá em virtude de o grande aumento de capital, em relação à quantidade de trabalhadores, não permitir mais estender o tempo de trabalho total, nem tão pouco prolongar o tempo de sôbre-trabalho.

Por outro lado, o problema se agrava pelo fato de que, ao utilizarem ao máximo as forças produtivas, os capitalistas levam a produção além do poder de consumo solvável da sociedade. Com efeito, se em condições normais de produção os trabalhadores — que constituem a maior parte da sociedade — não podem consumir nos limites de suas necessidades, porque têm o seu poder aquisitivo debilitado, por não poderem adquirir com o salário o produto do próprio trabalho, em circunstâncias anormais sua situação piora. Aqui, o capitalista, desejoso de comprimir o custo de produção, reduz os salários; as emprêsas que se acham em condições de enfrentar os efeitos iniciais da crise lançam no desemprego sua mão-de-obra. Em consequência, o subconsumo aumenta.

A um consumo limitado corresponde, pois, uma produção indefinida. Superprodução e subconsumo, eis as fontes das crises periódicas do regime, crises que levam ao auge “a contradição fundamental entre o caráter social da produção e das forças produtivas e o caráter privado da apropriação dos meios de produção”.<sup>27</sup>

“As condições burguesas”, diz KARL MARX, “tornaram-se extremamente acanhadas para conter a riqueza que engendraram”.<sup>28</sup> E o que é mais contraditório ainda: as providências que toma a burguesia para sanar o mal não fazem senão agravá-lo. Tais medidas consistem “de uma parte, no aniquilamento forçado de u’a massa das forças produtivas; de outra parte, na conquista dos mercados novos e na explo-

---

(27) JEAN BENARD, *op. cit.*, p. 312.

(28) *Manifeste Comuniste*, p. 66.

ração mais apurada dos mercados antigos. De que modo? preparando crises mais gerais e mais formidáveis e diminuindo os meios de prevenir as crises”<sup>29</sup>

## A REVOLUÇÃO

### *A classe proletária*

O regime burguês de apropriação privada já não mais resiste à pressão das forças produtivas, como acaba de expor a doutrina marxista. Além disso, em sua marcha evolutiva, engendra aquêles que serão seus próprios “coveiros” — os proletários. A êstes, pela ação revolucionária, cabe assestar-lhe o golpe fatal e arrebatá-lhe o cetro do comando.

Ora, a consciência que a classe proletária tem de sua situação, como classe que vive numa sociedade, mas não a integra, que vive numa sociedade, mas dela participa apenas nos limites em que é explorada, constitui o *elan* vital da Revolução com que vai assaltar o capitalismo. Qual é essa situação? Reside ela no fato de que os proletários, no regime burguês, são meros instrumentos de trabalho, sujeitos ao regateio do mercado — simples mercadorias — e pagos com salários que a concorrência deteriora sempre; no fato de que estão na dependência de um “empobrecimento que se desenvolve em proporções muito maiores do que a população e a riqueza”,<sup>30</sup> no fato de que são destituídos de propriedade; de que sentem que suas relações com a esposa e seus filhos alteraram a composição e a estrutura da própria família, que se diferencia da composição e da estrutura da família burguesa; de que estão convictos de que “as leis, a moral, a religião representam a seus olhos preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam interesses burgueses”; reside igualmente no fato de que, pela primeira vez na história, constituem força majoritária numa sociedade em conflitos.<sup>31</sup>

---

(29) Id., *ibidem*.

(30) *Manifeste Communiste*, p. 78.

(31) Id., p. 76.



A consciência dessa exploração e dessa força leva-os a romper as cadeias pela eliminação daquilo que exprime a quintessência do regime — a propriedade privada da burguesia.

Para isso, o movimento se processará, inicialmente, no plano nacional. Isto é, apenas uma fase em que os trabalhadores acertam suas contas com a classe burguesa, para a conquista do poder, porque os trabalhadores, com a vitória do proletariado, não terão pátria.<sup>32</sup>

MARX indica, de maneira exemplificativa, certas medidas que deverão ser levadas a efeito nos países mais desenvolvidos pelo proletariado, como classe dominante. Ei-las:

“1. Expropriação da propriedade imóvel e aplicação da renda da terra a gastos públicos.

2. Imposto fortemente progressivo.

3. Abolição do direito de herança.

4. Confiscação da fortuna dos emigrados e dos rebeldes.

5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, através de um Banco nacional com capital do Estado e regime do monopólio.

6. Nacionalização dos transportes.

7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos meios de produção, cultivo e melhora das terras, de acordo com um plano coletivo.

8. Mesma obrigação de trabalho para todos; organização de exércitos industriais, particularmente no campo.

9. Articulação das explorações agrícolas e industriais, com o objetivo de realizar-se o desaparecimento gradativo das diferenças entre o campo e a cidade.

10. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Proibição, sob sua forma atual, do trabalho infantil nas fábricas. Regime combinado da educação com a produção material, etc.”<sup>33</sup>

---

(32) Id., p 91.

(33) *Manifeste Communiste*, p. 96.

*A nova organização social*

Com a socialização dos meios de produção, todos os poderes se concentram no Estado, para fim de instauração do “regime democrático”.<sup>34</sup> O Estado traduz a ditadura do proletariado, pois as transformações nessa fase intermediária entre o capitalismo e a nova organização — o comunismo — sòmente podem ser efetuadas através de “medidas despóticas”.<sup>35</sup> Aqui, os meios de produção pertencem à comunidade e a repartição se processa de conformidade com a máxima: a cada um segundo a capacidade e a cada um segundo suas obras.

Para o cumprimento dessas exigências, uma luta, sem trégua deve ser desencadeada contra todo resquício da influência burguesa. Será uma luta de aspetos multiformes “encarniçada, sanguinolenta e não sanguinolenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa”.<sup>36</sup> A comunidade velará com perspicácia e habilidade, utilizará força implacável no sentido de plasmar a mentalidade do indivíduo. Não se trata de consultar a vontade dêste último, do mesmo modo que “não se indaga da criança se deseja aprender a ler ou a escrever... A coação é necessária para forçá-lo a desenvolver suas faculdades, sua personalidade e sua liberdade de homem”.<sup>37</sup> Nessa *primeira* fase, como diz MARX, ou *fase inferior* da sociedade comunista, conhecida por socialismo, como afirma LENINE, o Estado subsiste à semelhança do Estado capitalista.

A passagem à *fase superior*, isto é, ao comunismo, sòmente será possível quando o homem evoluir de tal maneira em sua mentalidade, e em suas atitudes, que, observar as regras fundamentais da vida em sociedade, será para êle uma

---

(34) Id., p. 94.

(35) Id., p. 95.

(36) V.-I LÉNINE, *La maladie infantile du communisme*, Ed. Sociales, 1946, p. 24.

(37) JEAN-LOUIS FYOT, *Dimensions de l'homme et science économique*, P.U.F., 1952, p. 34.

questão de *hábito*. Ao descrever essa evolução na Rússia soviética, J. STALINE acentua que três condições, no mínimo, devem ser cumpridas para a transformação da sociedade socialista ao comunismo:

1. Garantir o desenvolvimento contínuo da produção social, com prioridade da produção dos meios de subsistência,

2. Assegurar a transformação progressiva da propriedade *kholkhoziana* (exploração das terras em comum por grupos camponesses) em propriedade nacional e a substituição gradativa da troca dos produtos pela circulação das mercadorias,

3. Estimular o progresso cultural, de modo que, pela formação física e intelectual de seus membros, possam tornar-se artífices do desenvolvimento social.<sup>38</sup>

Atingido o comunismo, as fontes da riqueza coletiva em plena expansão assegurarão a abundância geral. O homem exercerá seu domínio sobre as forças da natureza e terá assegurado sua supremacia sobre as necessidades materiais. Suprimem-se todos os antagonismos: o trabalho não será motivo de pena, mas fonte de alegria, não será apenas um "meio de viver", mas a "primeira necessidade vital". O homem torna-se "homem, não apenas em seu pensamento, mas também na sua vida real, na sua existência material", declara MARX.

A emancipação da classe proletária trará como consequência a emancipação de todos os homens, com a abolição de todo tipo de classe. Nessa ordem de coisas, em que não mais haverá choque entre o individual e o coletivo, o poder político — instrumento de opressão — desaparecerá. O Estado perecerá.<sup>39</sup>

---

(38) J. STALINE, *Les problèmes économiques du socialisme*, Ed. sociales, 1952, pp. 72-74.

(39) Cf. MARX, *Misère de la philosophie*, p. 210.

## EXAME CRÍTICO DO MARXISMO

Ao acabarmos de examinar as idéias de MARX, por êle apresentadas com uma pomposidade de linguagem onde constantemente o pensador cede o passo ao homem de ação, podemos concluir com o professor DANIEL VILLEY no sentido de que deixou à história das doutrinas econômicas uma "teoria notavelmente coerente". Se é possível coerência mesmo dentro de uma concepção falsa, até que limites a coerência marxista é sancionada por conceitos capazes de merecer acolhida no pensamento econômico e de encontrar justificativa na evolução do regime capitalista?

È o que veremos a seguir, através da análise das noções em que fundamentou seu sistema teórico.

*O materialismo histórico*

Vimos que para o marxismo as idéias não constituem a força propulsora da história. Até que limites, porém, se poderá conceber a afirmação de KARL MARX de que HEGEL havia colocado a história sôbre a cabeça e que se fazia mister recolocá-la sôbre os pés?

Refere-se BENEDETTO CROCE a uma carta em que ENGELS se desculpara perante um de seus inquisidores, no sentido de que não se podia levar à risca os pequenos exageros seus e de MARX na enunciação dessas idéias, mas que se deviam antes observar "as interpretações históricas por êles formuladas, do que as expressões teóricas adotadas".<sup>40</sup> Se assim não fôra, se se pudesse dar expressão matemática à interpretação dos fatos históricos, ter-se-ia a chave das antecipações do futuro, com a mesma excelência e precisão com que se resolve uma equação de primeiro grau.

L. FEBVRE apanha a luva lançada por ENGELS e desafia os marxistas que apontem uma obra de história, escrita de acôrdo com sua concepção, bem como uma obra anterior que

---

(40) B. CROCE, *Materialismo histórico e economia marxista*, Progresso Editorial, 1948, p. 26.

seja o seu reverso. “Enquanto não fizerdes isso... enquanto essa experiência não tiver sido lealmente tentada, podeis estar certos: continuareis a rolar, com vossos rijos braços, o rochedo do materialismo histórico até o cume do pico KARL MARX. Com luneta, os historiadores acompanharão, de longe, vossa ascensão. Finda esta, o rochedo resvalará ao longe da encosta”.<sup>41</sup>

Ainda que MARX não tenha pretendido afirmar que os valores e as idéias fôsem apenas “fumaça”,<sup>42</sup> nem por isso deixou de atribuir-lhes caráter subalterno em face das condições econômicas. O comportamento passivo das instituições, da superestrutura deixá-las-ia presas ao comportamento dos fatos, da infraestrutura. Há, pois, a seu ver, subordinação de uma a outra e não interdependência entre uma e outra.

Exemplo frisante da inexistência dessa subordinação na vida social é fornecido pela instauração do próprio regime capitalista: apesar da expansão industrial no século XVIII, “o regime jurídico em nada se alterara em consequência das novas invenções”... “Foi necessária uma revolução política para tornar possível a implantação de nova estrutura jurídica”.<sup>43</sup>

Por outro lado, é justamente com base naquela interdependência de que há pouco se falou que se pode afirmar com GEORGES RIPERT que “é inútil crer no advento de um novo sistema econômico, se não se têm assentadas as instituições que lhe são indispensáveis. Para que não seja mera perturbação política, tôda revolução social tem de ser ao mesmo tempo uma revolução jurídica”.<sup>44</sup>

Feitas essas ressalvas que põem à mostra a fragilidade da doutrina já por si maleável do materialismo histórico, que se dirá de seu corolário — as lutas de classes?

---

(41) *Apud* HENRI BARTOLI, *op. cit.*, p. 336, nota 190.

(42) SCHUMPETER, *Ten Great economists*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 1952, p. 12.

(43) GEORGES RIPERT, *Aspectos jurídicos del capitalismo moderno*, B. Aires, Ed. Jurídica Europa-América, 1950, p. 13.

(44) GEORGES RIPERT, *op. cit.* p. 13.

*As lutas de classes*

Começemos o exame crítico da luta de classe pelo tópico consignado no início do *Manifesto do Partido Comunista*, onde declara MARX que “tôda a história da sociedade humana se concretiza pelas lutas de classes”, a saber, pelas lutas entre “opressores e oprimidos”, uns detentores dos instrumentos de produção, os segundos possuidores da fôrça de trabalho.

1. Se assim é, não representa a luta de classes “fator constitutivo da história humana”? E se é elemento constitutivo da história humana, sua abolição não implica em suprimir “a própria condição dessa história e o princípio — ou um dos princípios — do seu movimento”?<sup>45</sup>

2. Em segundo lugar, se admitir a diferenciação da sociedade em classe e a dicotomia das classes, com fundamento em fatôres apenas de ordem econômica, o marxismo não tem em conta fatôres outros de importância na diversificação das classes, como a variedade de rendimentos, a influência da família, da educação ou mesmo da religião. Em conseqüência, o dualismo capitalistas-proletários é demasiadamente restrito, porque deixa à margem grupos sociais que representam forte porcentagem na composição da sociedade capitalista. A pirâmide social nos mais avançados países capitalistas é integrada por significativo contingente de classes médias, cuja permanência e crescimento contradizem o esquema de MARX.

3. Além disso, à oposição guerreira e feroz entre as duas classes o que se dá é a cooperação entre elas, guardando cada uma a especificidade de suas motivações. Sem renunciarem às lutas sociais em suas reivindicações, as organizações sindicais operárias e patronais procuram em mesa redonda resolver suas divergências. O gigantesco efetivo do movimento sindical operário americano, por exemplo, hoje

---

(45) JEAN-IVES CALVEZ, *op. cit.*, p. 237.

unificado, orienta sua linha de conduta segundo essas declarações de um dos ex-presidentes da *American Federation of Labor*:

“A *A. F. L.* tem como objetivo a defesa e a manutenção da ordem vigente, seu desenvolvimento e sua melhoria”.<sup>46</sup>

4. Está para ser provado que a luta de classes conduza ao desaparecimento de uma delas. É admitido que isto ocorra, com que fundamento se pode assegurar a supressão da luta de classes? A diversificação entre trabalho intelectual e manual, entre o trabalho de direção e o de execução não suscitaria antagonismos na sociedade? Parece de interesse transcrever aqui o que recentemente escreveu sobre a Rússia de hoje o estadista francês PAUL REYNAUD:

“A que profunda transformação social, já claramente delineada, se vai chegar? Os filhos dos altos funcionários e chefes de indústrias se casarão entre eles. Nem um só deles se tornará operário de baixa categoria. Tanto mais que não existem concursos para o recrutamento nas administrações. O júri escolhe entre aqueles que têm os mesmos títulos. O campo fica livre para fazer valer a amizade. Uma nova classe se forma, fundada menos sobre a retenção de um capital que sobre as facilidades para a instrução e para as nomeações que os filhos devem à situação do pai”.<sup>47</sup>

### *A teoria do valor-trabalho*

As falhas e omissões do arrazoado de MARX na enunciação e na justificação da teoria do valor-trabalho são apontadas por BÖHM-BAWERK e podem ser enumeradas como seguem:<sup>48</sup>

(46) Cf. nossa obra *O movimento sindical operário no regime capitalismo*, Ed. da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1959, p. 47.

(47) PAUL REYNAUD, *Dezesseis dias no mundo dos soviets*, II, *Jornal do Brasil*, 26.10.58.

(48) Cf. EUGEN VON BÖHM-BAWERK, *Capital e interés*, Fondo de Cultura, 1947, pp. 441 e ss.

1. *O pressuposto inicial da troca falseia o exame do problema* — MARX, inspirando-se em ARISTÓTELES, afirma que a troca de dois objetos se efetua em razão da equivalência, o que não é exato. A troca nasce justamente das avaliações *subjetivas* dos interessados, cada qual preocupado em obter o produto do outro. O que se verifica é a desigualdade, o desequilíbrio. A troca não se operaria se cada um deixasse de atribuir à mercadoria do outro certo grau de preferência sobre a própria mercadoria.

2. MARX *limitou suas investigações sobre a essência do valor de troca apenas a certos bens — as mercadorias* — Entre os bens dotados de valor, MARX distingue os naturais (madeira, bosque, quedas d'água, jazidas, minas...) e as mercadorias que resultam do trabalho humano.

Ora, se se deseja investigar a essência do valor, é preciso que essas duas categorias de bens sejam tidas em conta. De modo que, fixada a *qualidade comum* dos valores, essa qualidade se encontra em tôdas as classes de bens. No entanto, MARX, ao fixar essa qualidade comum, que denomina de trabalho, faz abstração dos bens naturais e, deliberadamente, volta a atenção somente para as mercadorias. Procede como o indivíduo que, interessado em tirar de uma urna uma bola branca, diligencia para que nela sejam colocadas apenas bolas brancas.

Se, para MARX, como vimos, a troca resulta da equivalência, que é determinada por *algo comum*, êsse algo comum deveria existir em todos os bens sobre que versasse dita troca e não apenas naqueles bens que fôssem produtos do trabalho humano. Ao afastar arbitrariamente os bens naturais de sua cogitação, MARX comete grave ofensa ao método. Age à semelhança de um físico que, ao buscar a essência de uma qualidade comum a todos os corpos, por exemplo, a gravidade, toma por base de suas investigações apenas objetos transparentes. Após ter examinado numerosas qualidades desses corpos e verificar que elas variam de um corpo para outro, chega à conclusão de que só uma qualidade lhes é comum — a transparência. Logo, só a transparência é causa possível da gravidade.



3. MARX *exclui a utilidade como causa de valor através de uma argumentação falsa* — Vimos que, para MARX, a utilidade constitui condição essencial do valor de uso; as mercadorias, porém, como valor de uso, são de qualidades *diferentes*. A utilidade, por conseguinte, pelo fato de variar de um objeto para outro, não pode exprimir-lhe a qualidade comum — indispensável ao valor de troca.

Na realidade, MARX confunde a *utilidade em si*, que é idêntica para os objetos sujeitos a troca, com as *modalidades de utilidade*, que são diferentes para cada um deles. A utilidade de u'a medida de trigo não é a mesma que a utilidade de 50 kg. de ferro. O ferro é empregado na indústria, na construção de casas; o trigo na alimentação, na sementeira.<sup>49</sup> Uns e outros, porém, satisfazem a necessidades específicas do homem, são úteis; apenas variam as funções que desempenham. Não é possível fazer abstração da utilidade, quando se procura determinar a causa do valor.

4. MARX *põe à margem várias outras qualidades importantes dos objetos* — É unilateral a escolha de MARX, quando diz que somente o trabalho constitui a qualidade comum de tôdas as mercadorias. E a *raridade* dos objetos, em proporção à procura? Além disso, os objetos dotados de valor são sujeitos de ofertas e de procuras; são apropriados pelo homem, são, até certo limite, "produtos da natureza". O próprio MARX escreve que "as mercadorias são combinações de dois elementos: a matéria natural e o trabalho".

Se não tivesse assumido uma atitude voluntariamente parcial na investigação do valor, MARX não teria certamente resvalado em tantos deslizes contra a lógica e a metodologia. É que, como já salientamos, o pensador MARX curva-se em mesuras ao doutrinador, ao homem de ação que nele existiam como um "fanático", no dizer de BÖHM-BAWERK.

---

(49) JEAN MARCHAL, *Cours d'économie politique*, Lib. de Médecis, 1950, p. 698.

### *A teoria da sobrevalia*

Ainda que se admita, como querem alguns autores, que as deficiências e as falhas da teoria do valor-trabalho não atinjam a essência da teoria da sobrevalia — o que é de duvidar-se — nem por isso fica ela isenta de sérias objeções.

1. Com efeito, se a sobrevalia constitui fonte de benefícios para o capitalista, se a *caça* à sobrevalia representa seu objetivo, devia estar na sua lógica a procura sempre mais intensa da força de trabalho. Em consequência dessa procura, os salários deveriam elevar-se e, nessas circunstâncias, seria inadmissível a tese marxista de que tenderiam ao nível da lei de bronze — lei que, embora não admitida por MARX, dela forçosamente êle se aproximara com sua linha de argumentação sôbre a deterioração dos salários.

2. Por outro lado, se o lucro do capitalista se vincula de maneira substancial à mão-de-obra, as emprêsas que mais se utilizassem da força de trabalho deveriam auferir lucros mais elevados.

Ora, dá-se justamente o contrário: as emprêsas que aplicam mais investimentos em máquinas, relativamente à mão-de-obra, são as que logram lucros maiores, as demais cousas permanecendo as mesmas.

### *A instauração da ditadura do proletariado — fase inferior do comunismo ou socialismo*

Ê criticável a tese de MARX sôbre a irrupção da revolução proletária nos países capitalistas mais adiantados. A revolução operada na Rússia, em 1917, não somente não foi proletária, como se desenvolveu num dos países mais retardatários da Europa. Nas “democracias populares”, das quais a Hungria constitui o mais recente exemplo, a instalação da ditadura proletária é uma consequência da atuação de forças estranhas à consciência nacional. Poder-se-á mencionar ainda o exemplo da China, cuja economia, à época da intauração da ditadura, era sob vários aspetos pré-capitalista.

Dêste modo, “é de perguntar-se hoje se a passagem do capitalismo ao comunismo não é mais suscetível quando, em sua infância, o capitalismo deve criar seu equipamento e, em conseqüência, manter nível de vida baixo, ou, quando deve reconstituir êsse equipamento, em virtude de uma catástrofe, do que numa sociedade antiga e profundamente capitalizada, que produz bens em abundância e pode manter nível de vida médio elevado”.<sup>50</sup>

Por outra parte, nos mais avançados países capitalistas as supostas contradições do regime não revelam nenhum sintoma capaz de prever a instauração do proletariado como classe dominante.

A essa realidade, STALINE, fundamentado em LENINE, formula uma explicação, justificada, a seu ver, pela evolução do regime capitalista. Com efeito, diz êle, o capitalismo universalizou-se, em conseqüência de sua atuação imperialista. As condições próprias à revolução proletária devem ser procuradas em função do funcionamento de uma economia mundial, “do estado econômico da totalidade ou da maioria dos países” e não da situação de um país isolado.<sup>51</sup> De tal modo se acham entrelaçadas as economias que nenhuma economia nacional se basta a si mesmo; ao contrário, a interdependência entre elas é de tal grau que um punhado de países avançados assegura com sua economia dominante “a sujeição financeira e a opressão colonial da imensa maioria da população do globo”.<sup>52</sup>

Nessas condições, a revolução não se iniciará necessariamente no país de maior desenvolvimento industrial. “O front do Capital será rompido onde fôr mais fraca a cadeia do im-

---

(50) JEAN MARCHAL, *Deux essais sur le marxisme*, Ed. Génin, Lib. de Médecis, 1955, p. 71.

(51) J. STALINE, *Des principes du léninisme*, Ed. Sociales, 1952, p. 23. V. igualmente LENINE, *L'imperialisme, stade suprême du capitalisme*, Ed. Sociales, 1947.

(52) J. STALINE, *op. cit.*, p. 23.

perialismo... e é possível que o país que realize a revolução, o país que rompa o *front* do Capital, seja o menos desenvolvido, nas relações capitalistas, que os outros..."<sup>53</sup>

Essa atitude, por conseguinte, equivale a admitir, de um lado, que a evolução do capitalismo em sua forma mais perfeita contradiz o sentido evolutivo implacável preconizado por MARX; de outro lado, equivale a introduzir no pensamento de MARX verdadeira "novação, no sentido jurídico do termo",<sup>54</sup> o que, aliás, é reconhecido pelo próprio STALINE.

---

(53) J. STALINE, *op. cit.*, p. 24.

(54) JEAN MARCHAL, *Deux essais sur le marxisme*, p. 72.

## B I B L I O G R A F I A

- BARTOLI, HENRI, *La doctrine économique et sociale de Karl Marx*, Paris, Ed. du Seuil, 1950.
- BÉNARD, JEAN, *La conception marxiste du Capital*, Paris, Sedes, 1952.
- BÖHM-BAWERK, EUGEN VON, *Capital e interés*, Fondo de Cultura, 1947.
- CALVEZ, JEAN-IVES, *La pensée de Marx*, Paris, Ed. du Seuil, 1956.
- CROCE, BENEDETTO, *Materialismo histórico e economia marxista*, Progresso Editorial, 1948.
- DONATO, MESSIAS PEREIRA, *O Movimento sindical operário no regime capitalista*, Ed. da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo-Horizonte, 1959.
- ENGELS, FR., *L'Origine de la Famille*, Giard, 1950.
- FYOT, JEAN-LOUIS, *Dimensions de l'homme et science économique*, P.U.F., 1952.
- LENINE, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, Eds. Sociales, 1952.
- MARCHAL, JEAN, *Cours d'économie politique*, Lib. de Médicis, 1950.
- MARCHAL, JEAN, *Deux essais sur le marxisme*, Ed. Génin, Lib. de Médicis, 1955.
- MARX, KARL, *Le Capital*, Molitor, 1927.
- MARX, KARL, *Misère de la Philosophie*, Ed. Alfred Costes, 1950.
- MARX, KARL, *Contribution à la critique de l'économie politique*, M<sup>e</sup>. Giard, 1928.
- MARX, KARL, e ENGELS, FR., *Manifeste du Parti Communiste*, Molitor, 1947.
- REYNAUD, PAUL, *Dezesseis dias no mundo dos sovietes*, II, *Jornal do Brasil*, 26.10.58.
- RIPERT, GEORGES, *Aspectos Jurídicos del capitalismo moderno*, B. Aires, Ed. Jurídica Europa-América, 1950.
- SCHUMPETER, *Ten Great Economists*, George Allen & Unwin Ltd., Londres, 1952.
- STALINE, J., *Les problèmes économiques du socialisme*, Paris, Ed. Sociales, 1952.